

Parecer nº 154/99

Data: 1999.09.22

Processo nº 694

Requerente: Hospital de Egas Moniz

1. O Pedido

De acordo com o ofício nº 3681, de 18 de Agosto, do referido estabelecimento de saúde, “o Tribunal Judicial de Cascais solicitou ao Hospital de Egas Moniz documentação relativa ao processo clínico de João Manuel Costa Rodrigues”.

Alude também o mesmo expediente à circunstância de a pessoa a quem os dados se reportam não autorizar “que os mesmos sejam divulgados”.

E pede, por isso, o parecer desta Comissão.

2. Análise jurídica da situação

2.1. A Lei nº 65/93, de 26 de Agosto – com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho – regula o acesso aos documentos da Administração.

Sobre quem são os titulares desse direito de acesso, responde, em primeiro lugar, o nº 2 do artigo 268º da Constituição da República Portuguesa (CRP): os cidadãos. Mas, por via de desenvolvimento normativo do princípio da administração aberta aí consagrado (desenvolvimento que em nada colide com o preceito constitucional), foi a referida Lei um pouco mais longe, estendendo-o a “todos”, fórmula que deverá ser entendida como significando quer pessoas singulares quer pessoas colectivas.

De harmonia com a alínea d) do nº1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, citada, compete à CADA “dar parecer sobre a comunicação de documentos nominativos entre serviços e organismos da Administração em caso de dúvida sobre a admissibilidade dessa revelação (...)”.

Ora, em rigor, os tribunais não são serviços nem organismos da Administração, mas “órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo” (cfr. Artigo 202º, nº 1, da Lei Fundamental). E, sendo órgãos de soberania, “devem observar a separação e a interdependência estabelecidas na Constituição” (cfr. o nº1 do artigo 111º da CRP).

2.2. Tudo isto para dizer que não cabe à CADA – cujas competências se encontram plasmadas no artigo 20º, nº 1, da referida Lei – pronunciar-se sobre o acesso dos tribunais a tais documentos, sejam, ou não, documentos nominativos (contendo dados pessoais).

3. Conclusão

Em razão do que antecede, conclui-se que:

Não cabe à CADA pronunciar-se sobre o acesso dos tribunais a documentos da Administração, quer contenham quer não contenham dados pessoais.

Aprovado na sessão da CADA de 22 de Setembro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra